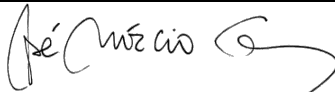




Proposição: PLEI - PROJETO DE LEI
Número: 000053/2026

OBJETO DE DELIBERAÇÃO ÀS COMISSÕES TÉCNICAS
Em: 04/02/2026

José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE

Autoriza o Poder Executivo Municipal e a Câmara Municipal de Juiz de Fora a instituírem campanha de conscientização e prevenção à importunação sexual, a ser realizada anualmente na semana que compreende o dia 24 de setembro, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal e a Câmara Municipal de Juiz de Fora autorizados a instituírem, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Juiz de Fora, bem como no âmbito do Poder Legislativo Municipal, campanha de conscientização e prevenção à importunação sexual, a ser realizada anualmente na semana que compreende o dia 24 de setembro, em alusão ao Dia Nacional de Combate à Importunação Sexual.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se importunação sexual a prática de ato libidinoso contra alguém, sem o seu consentimento, nos termos do art. 215-A do Código Penal, introduzido pela Lei Federal nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.

Art. 3º A campanha poderá ter como objetivos:

- I - conscientizar servidores públicos, empregados públicos, estagiários, terceirizados, colaboradores e agentes políticos sobre o que caracteriza a importunação sexual;
- II - promover a cultura institucional do respeito, do consentimento e da dignidade da pessoa humana;
- III - incentivar a denúncia e o enfrentamento da importunação sexual, reforçando que essa responsabilidade é compartilhada por toda a sociedade.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal e a Câmara Municipal de Juiz de Fora ficam autorizados a desenvolver, no período da campanha, entre outras, as seguintes ações:

- I - veiculação de material educativo e informativo em seus respectivos canais institucionais;
- II - realização de palestras, capacitações, rodas de conversa ou atividades formativas;
- III - afixação de materiais informativos em repartições públicas municipais e nas dependências do Poder Legislativo;
- IV - promoção de ações alusivas ao Dia Nacional de Combate à Importunação Sexual.

Art. 5º As ações previstas nesta Lei poderão ser executadas de forma integrada entre os órgãos da Administração Pública Municipal e a Câmara Municipal, especialmente aqueles com atuação nas áreas de direitos das mulheres, gestão de pessoas e cidadania.

Art. 6º Esta Lei não cria sanções penais ou administrativas, nem altera regimes disciplinares existentes.



Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barbosa Lima, 4 de fevereiro de 2026.

Letícia Fonseca Paiva Delgado
Vereadora Letícia Delgado - PT

